



Conceito em diferentes acepções: impactos na ontologia Records in Contexts

Concept in several meanings: impacts on the Records in Contexts-Ontology

Linair Maria Campos

(1) Instituição: PPGCI - Universidade Federal Fluminense, Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, em São Domingos, Niterói/RJ, e-mail: lmcampos@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-2411-8666

DOI: 10.22477/ISKO25.60

Resumo

Introdução: Elementos de representação em nível de metamodelo são insumos que podem ser usados de forma consistente na construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) de domínios específicos. Exemplos de tais elementos são: universal, classe, conceito, instância, dentre outros, cuja adoção está ligada a pontos de vista ontológicos e epistemológicos, os quais muitas vezes são usados sem uma escolha consciente e coerente. **Objetivo:** o objetivo deste trabalho é discutir, de forma descritiva, a definição de um desses elementos em nível de metamodelo, a saber o conceito, em diferentes acepções, não exaustivas, do termo, seus pressupostos teóricos correspondentes, e de que forma sua escolha impacta um SOC, a saber a ontologia Records in Contexts-Ontology (RiC-O). **Metodologia:** Trata-se de pesquisa exploratória, em relação aos objetivos; em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa; do ponto de vista do método é uma pesquisa bibliográfica, baseada em análise de conteúdo. **Resultado:** Apresenta uma discussão do uso da acepção de conceito na ontologia RiC-O e seu impacto neste modelo evidenciando que o uso ambíguo de conceito implica na expressividade e interoperabilidade da ontologia. **Conclusão:** Destaca a natureza complexa e multifacetada do conceito, revelando a importância de uma abordagem crítica e abrangente para a sua compreensão em diferentes contextos e disciplinas.

Palavras-chave: Conceito; Sistemas de Organização do Conhecimento; Modelagem Conceitual; RiC-O; Ontologia.

Abstract

Introduction: Representation elements at the metamodel level are inputs that can be used consistently in the construction of Knowledge Organization Systems (KOS) for specific domains. Examples of such elements include: universal, class, concept, instance, among others, whose adoption is linked to ontological and epistemological viewpoints, which are often used without conscious and coherent choice. **Objective:** The aim of this paper is to discuss, in a descriptive manner, the definition of one of these elements at the metamodel level, namely the concept, in its various, non-exhaustive meanings, the corresponding theoretical assumptions, and how its choice impacts a KOS, specifically the Records in Contexts-Ontology (RiC-O). **Methodology:** This is an exploratory research in terms of its objectives; in terms of problem approach, it is characterized as qualitative research; from the methodological standpoint, it is a bibliographic research, based on content analysis. **Results:** Presents a discussion on the use of the concept meaning in the RiC-O ontology and its impact on this model, highlighting that the ambiguous use of concept implies the expressiveness and interoperability of the ontology. **Conclusion:** It emphasizes the complex and multifaceted nature of the concept, revealing the importance of a critical and comprehensive approach to understanding concepts in different contexts and disciplines.

Keywords: Concept; Knowledge Organization Systems; Conceptual Modeling; RiC-O; Ontology.

Resumen

Introducción: Los elementos de representación a nivel de metamodelo son insumos que pueden ser utilizados de manera consistente en la construcción de Sistemas de Organización del Conocimiento (SOC) de dominios específicos. Ejemplos de tales elementos son: universal, clase, concepto, instancia, entre otros, cuya adopción está ligada a puntos de vista ontológicos y epistemológicos, los cuales a menudo son utilizados sin haber hecho una elección consciente y coherente. **Objetivo:** el objetivo de este trabajo es discutir, de manera descriptiva, la definición de uno de esos elementos a nivel de metamodelo, a saber, el concepto, en diferentes acepciones, no exhaustivas, del término, sus supuestos teóricos correspondientes, y de qué manera su elección impacta un SOC, a saber, la ontología Records in Contexts-Ontology (RiC-O). **Metodología:** Se trata de una investigación exploratoria, en relación con los objetivos; en relación con el enfoque del problema, se caracteriza como investigación cualitativa; desde el punto de vista del método es una investigación bibliográfica, basada en análisis de contenido. **Resultado:** se presenta una discusión del uso de la acepción de concepto en la ontología RiC-O y su impacto en este modelo, evidenciando que el uso ambiguo del concepto implica en la expresividad y interoperabilidad de la ontología. **Conclusión:** Se destaca la naturaleza compleja y multifacética del concepto, revelando la importancia de un enfoque crítico y amplio para la comprensión de los conceptos en diferentes contextos y disciplinas.

Palabras clave: Concepto; Sistemas de Organización del Conocimiento; Modelado Conceptual. RiC-O; Ontología.





1 Introdução

O entendimento do que vem a ser conceito é um processo complexo e multifacetado, que envolve diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, devendo ser abordado de forma crítica e interdisciplinar (Marradi, 2012). Muitas vezes, devido à existência de diferentes perspectivas sobre o que é conceito, observa-se uma ambiguidade na elaboração de modelos de domínio, e uma falta de clareza dos impactos que essa ambiguidade pode trazer para os sistemas de organização do conhecimento (SOC) que utilizam conceito como elemento básico em nível de metamodelo.

Este artigo busca explorar diversas definições e entendimentos sobre o que é um conceito, abordando desde as visões ontológicas e epistemológicas até as influências culturais e históricas. Serão discutidas as contribuições de autores renomados como Barry Smith, Charles Ogden e Ivor Richards, e Ingetraut Dahlberg, entre outros. O objetivo é discutir, a definição do que é o conceito, em diferentes acepções, não exaustivas, do termo, seus pressupostos teóricos correspondentes, e de que forma sua escolha impacta a ontologia RiC-O. Espera-se proporcionar uma visão abrangente e crítica sobre como os conceitos são formados, utilizados e interpretados em diferentes contextos e disciplinas.

A importância dessa discussão se justifica ao se observar que SOC recentes e importantes voltados para a difusão e preservação da memória documental, como a ontologia RiC-O, exibem sinais de ambiguidade em seus modelos, no que tange ao uso de conceito.

A metodologia adotada baseia-se em revisão de literatura, tendo como base a abordagem da análise de conteúdo de Bardin (2011). A pesquisa foi feita nas bases Google Acadêmico, Brapci e Portal Capes, em português e inglês. Foram selecionados 216 artigos de interesse. A partir dos artigos recuperados foi efetuada a leitura do resumo, título e palavras-chaves e foram selecionados os que atenderam ao propósito delineado pelo objetivo geral deste trabalho. Também foram especialmente considerados trabalhos voltados para entendimento do modelo RiC-CM e da ontologia a ele alinhada, a RiC-O. Utilizou-se ainda a estratégia de ‘cultivo de pérolas’ ou ‘mineração de citação’, conforme Hadfield (2019), que indica a identificação de conceitos chaves de pesquisa nos documentos iniciais e das citações e referências utilizadas em relação ao tema, a fim de ampliar o escopo da revisão de literatura, aprofundando o conhecimento sobre o tema. Não se pretendeu aqui realizar uma análise exaustiva, mas sim prover uma visão geral que permitisse compreender que esses diferentes entendimentos estão ancorados tanto sob a perspectiva de áreas que o definem, quanto em perspectivas ontológicas e epistemológicas, e de que forma isso impacta a elaboração de SOC, em especial a ontologia RiC-O.

Destaca-se que o presente trabalho se insere no âmbito de um projeto de pesquisa mais amplo, financiado pelo CNPq, que busca analisar o papel de elementos de representação em nível de metamodelo como insumos que podem ser usados de forma consistente na construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) de domínios específicos, seus pressupostos teóricos e de que forma sua escolha impacta os SOC enquanto modelos conceituais a eles alinhados.

2 Conceito em diferentes acepções

A norma ISO/R 1087 (International Organization For Standardization, 1969) define conceito como uma representação mental que não necessariamente é aderente ao mundo real, e destacando seu vínculo com a linguagem como meio de expressão. Já em 2019, a norma ISO 1087:2019 (International Organization For Standardization, 2019) de Terminologia define conceito como uma representação mental que agrupa entidades singulares com características comuns, denominando-o de unidade de conhecimento, porém e, um sentido diferente do que Dahlberg usa, como explicado mais adiante. De acordo com essa norma ISO, as características são abstrações de propriedades de objetos, e objetos englobam coisas que são concebíveis mesmo sem existirem ou serem reais. Além disso, “They are [...], influenced by the social or cultural background which often leads to different categorizations.” (International Organization For Standardization, 2019, p. 9).

Bunge (2012, p. 65, grifo do autor) define conceito como “ideia simples, unidade de *significado*, tijolo de uma *proposição*”. De modo geral, podemos dizer que um conceito é o fruto de uma percepção de um dado elemento de uma dada realidade. Joseph (2008, p. 47, grifo da autora) explica que: “Uma *percepção* (percepto) é como um retrato sendo pintado por um artista enquanto este olha para um modelo”. Conceitos são, ainda, de modo incontroverso, importantes para os processos de “categorization, inference, memory, learning, and decision-making” (Margolis; Laurence, 2023, n.p). Nesse contexto, Peacocke (1991, p. 525) observa que “A concept of an object is not an expression, nor a mental representation: it is rather a way in which an expression or mental representation may present the object. Such ways, concepts, are abstract objects. A concept has no spatio-temporal location”.

Hjorland (2009), por sua vez encara o conceito sob quatro perspectivas: racionalismo, empirismo, historicismo e pragmatismo. No racionalismo, o conceito é estabelecido com base em características essenciais, que fornecem uma estrutura lógica para que sejam ordenados em classes mutuamente exclusivas. No empirismo, O conceito é formado na





mente a partir da observação das semelhanças entre as coisas no mundo, e não a partir da identificação de suas características essenciais. No historicismo, o conceito envolve os mecanismos cognitivos, mas é relativo a um dado contexto cultural e social, refletindo experiências acumuladas dentro de uma sociedade em um dado período histórico. No pragmatismo, o conceito é dependente dos propósitos a que se destina.

Grenon (2008, p. 71) vai mais além e estabelece uma ampla variação de sentidos para conceito, afirmando que não existe um significado que seja prevalente, e que seu uso não é coerente, podendo ser:

- (1) an idea or a mental representation of objects in reality;
- (2) a general idea under which a multiplicity of things falls (let us call these conceptual universals);
- (3) a Platonic idea existing as a perfect prototype of things in the world, but itself, in some sense, exterior to the world;
- (4) a class, set or collection;
- (5) a word;
- (6) the meaning of a word.

O que está na raiz de diversos entendimentos sobre o que é conceito passa basicamente por estabelecer se essa percepção da realidade é feita por uma pessoa apenas ou se por um grupo de pessoas (como uma obra coletiva, ou intersubjetiva); se é subjetiva, sendo uma criação da mente, ou se é objetiva, representando um referente no mundo; se é influenciada pelo contexto ou não; se é única dentro de um domínio de conhecimento ou se pode variar; se está atrelada a um propósito ou não; e, ainda, se possui uma extensão claramente delimitada, ou não, neste caso admitindo-se limites tênues como na abordagem prototípica de Eleanor Rosch (Marradi, 2012).

Uma explicação detalhada e abrangente dos diferentes sentidos de conceito pode ser observada em Abagnano (2007, p. 164) em seu dicionário de Filosofia. De modo geral, define conceito como “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis”. O autor explica ainda que ao ser tomado nesse sentido amplo pode se referir a objetos concretos ou abstratos, gerais ou individuais, e ainda aos universais da filosofia¹, e não deve ser confundido com um nome, pois pode haver sinônimos ou homônimos.

Conceito também pode se referir a coisas inexistentes ou passadas, sendo que nesse sentido mais geral, de acordo com o autor, a função principal do conceito é “a mesma da linguagem, isto é, a comunicação”. Outra visão detalhada do que é conceito pode ser obtida em Margolis e Laurence (2023), onde se discute o conceito como representação mental, habilidades, objetos abstratos, e, ainda, diferentes teorias e posições epistemológicas correlatas.

O que é conceito tem sido debatido em diferentes áreas, tais como Ciência da Informação, Psicologia, Filosofia, Linguística, dentre outras, e o entendimento do que é conceito não é consensual nem mesmo dentro de cada uma dessas áreas, evidenciando a complexidade da questão. Barry Smith (2008), por sua vez, considera que a definição de conceito depende da perspectiva: linguística, psicológica, epistemológica ou ontológica.

Considerando as diferentes perspectivas para se entender o que é conceito, e o espaço disponível para tratar da questão, optou-se por traçar uma discussão breve que busca entender de forma ampla e multifacetada o conceito pelas perspectivas sugeridas por Smith, notório pesquisador em Ontologias Formais, uma vez que essas perspectivas são observadas na definição de conceito na RiC-O. De posse dessa contextualização mais ampla, vamos discutir a perspectiva específica de conceito proposta por Ogden e Richards (1946), que situa conceito como unidade de pensamento, e ainda, o conceito como unidade de conhecimento, conforme Dahlberg (1978a) sentidos usados na ontologia RiC-O.

2.1 O conceito como entendido nas perspectivas propostas por Smith

Como vimos, Barry Smith (2008) considera que a definição de conceito depende da perspectiva: linguística, psicológica, epistemológica ou ontológica. De acordo com o autor, com base na visão linguística, os conceitos são termos gerais cujos significados foram de algum modo sistematizados (ou os próprios significados); na perspectiva psicológica, conceitos são entidades mentais comparáveis a ideias ou crenças; do ponto de vista epistemológico, conceitos são unidades de conhecimento, como a compreensão que uma criança tem de um objeto; na visão ontológica, conceitos são abstrações de características que pertencem a entidades no mundo, “concepts are abstractions of kinds, attributes or properties (i.e. of general invariant patterns on the side of entities in the world)” (Smith, Ceusters, Temmerman, 2005). Cabe destacar que o termo abstração possui um sentido ambíguo: “[...] sometimes it is synonymous with a higher level of generality, but at others it refers to something not perceivable by the five senses” (Marradi, 2012, p. 34). No caso acima, é tomado no primeiro sentido.

Bittner, Donnelly e Smith (2004, p. 3) criticam o uso de conceitos para representação de domínios de conhecimento onde “we are dealing with the products of human convention and agreement – and thus with entities which are in some sense merely ‘conceptual’”. “O autor argumenta que na literatura a definição de conceitos não é claramente distinta de entes na realidade ou nomes ou descrições do ponto de vista da linguagem, podendo abarcar entidades como propriedades ou universais, cujo uso não deveria denotar entidades que são produtos da cognição humana. E, ainda “(...) it is difficult to





understand how ontologies could be evaluated on its basis. Intuitively, a good ontology is one which corresponds to reality as it exists beyond our concepts”. (Bittner; Donnelly; Smith, 2004, p. 5).

Corroborando Smith (2008), Hampton (2015) observa três diferentes formas de se discutir sobre o significado de conceito.

Do ponto de vista da Filosofia, a partir da noção de referência, onde cada termo associado ao conceito denota uma classe de coisas a que se refere, na linha do que Smith considera como perspectiva ontológica. Do ponto de vista da linguagem em seu uso, o significado do conceito está atrelado a uma prática ou convenção social, à semelhança da perspectiva da linguística citada por Smith. Nas palavras de Hampton (2015, p.1) “When we use a word, we can do so either appropriately in a way that others will readily understand, or inappropriately in a way that others will object to. For this approach, meaning is a matter of social convention or practice”. Por fim, para saber o significado de um conceito há que se perguntar qual é a informação que está representada na mente de uma pessoa quando esta pensa sobre algo, e, nesse caso, como na perspectiva psicológica citada por Smith, conceitos são entidades mentais. Em síntese: “As well as asking what a concept refers to, and what the appropriate use of the term in language might be, we can also ask how an individual mind achieves this result.” (Hampton, 2015, p. 1).

Essas visões têm sido representadas na literatura por autores seminais que possuem estudos relacionados ao conceito, e que buscam entender a ligação entre o entendimento humano da realidade e as entidades do mundo real. Essas discussões remontam a Aristóteles e à filosofia grega antiga, portanto, não se pretende de forma alguma traçar um panorama abrangente da questão, apenas ajudar a ilustrar os pontos de vista apresentados por Smith.

Para discutir esses aspectos apontados por Smith e por Hampton, trazemos Ogden e Richards com seu Triângulo Semântico, e Dahlberg com sua Teoria do Conceito. Por questões de espaço, não será detalhada a perspectiva de Hjørland, explicada de forma sintética acima, que estuda o conceito sob uma ótica epistemológica.

2.2 O conceito como unidade de pensamento: Ogden e Richards

Na perspectiva em que conceitos são unidades de pensamento, em conformidade com a definição da norma ISO 1087-1 de Terminologia (International Organization For Standardization, 2019), traz-se o foco para os aspectos cognitivos de apreensão de uma dada realidade por uma pessoa. Embora não se negue que exista uma dada realidade, esse ponto de vista entende que a apreensão dessa realidade é uma construção subjetiva e influenciada pelo contexto onde se insere a pessoa, e isso se reflete na forma como as pessoas se comunicam para expressar o entendimento dessa realidade, o que se alinha com uma perspectiva da linguística.

O triângulo de Ogden e Richards, proposto originalmente em 1923, é uma ferramenta usada para entender como os signos (ou símbolos) funcionam na comunicação, estabelecendo uma relação entre o que existe na realidade, o pensamento e a linguagem. O foco do triângulo de Ogden e Richards é justamente ilustrar a imprecisão que pode ocorrer no processo de comunicação dos pensamentos das pessoas por meio da linguagem (Hampton, 2015). A Figura 1 (Ogden e Richards, 1946, p. 11) ilustra esse triângulo, que é também conhecido como triângulo semiótico ou do significado (Gari *et al.*, 2019) ou ainda triângulo semântico (Hampton, 2015).

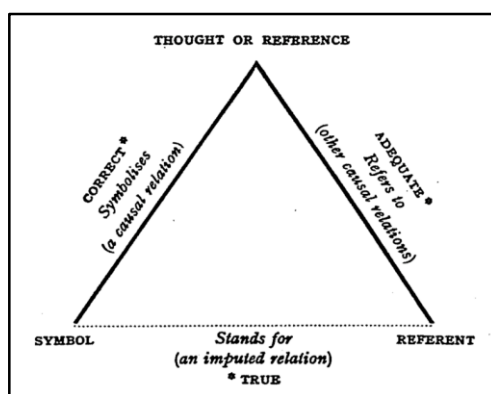


Figura 1. Triângulo de Ogden e Richards.





O vértice do topo (pensamento ou referência) refere-se ao conceito como uma ideia que uma pessoa tem em mente. É a representação mental de algo que se quer comunicar, sendo o significado (ou referência) um produto das relações sociais e culturais (Ogden; Richards, 1946). Destaca-se que de acordo com Bunge (2012, p. 352, grifo do autor), significado, na área da Semântica “é uma peculiaridade dos construtos, ou dos símbolos que os designam. Ele pode ser equiparado à *referência* (denotação) ao *sentido* (conotação) ou aos dois tomados em conjunto”. Já de acordo com Hampton (2015), o conceito reflete a psicologia do indivíduo, englobando seu conhecimento conceitual e intuições, entre outros aspectos.

Na Figura 1, o vértice da esquerda (símbolo) é a palavra, imagem ou sinal usado para representar o pensamento ou o referente. Abordagens com o foco no estudo das palavras são encontradas na linguística, como, por exemplo, as voltadas para estabelecer o significado de um conceito e diferenciá-lo de outros, e, ainda, estudar a evolução de um conceito ao longo do tempo em uma dada comunidade linguística ou cultural (Hampton 2015).

Entre o símbolo (vértice da esquerda) e o referente (vértice do topo) existem relações causais: “When we speak, the symbolism we employ is caused partly by the reference we are making and partly by social and psychological factors” (Ogden; Richards, 1946, p. 10-11). Ou seja, quando pensamos e usamos símbolos, há uma relação de causa e efeito entre eles. Ao falar, o simbolismo que escolhemos é influenciado tanto pelo que estamos nos referindo (por exemplo, o conceito de raça), quanto por fatores sociais e psicológicos (como a possível necessidade de explicar as diferenças biológicas e culturais entre grupos humanos), como o objetivo da nossa referência (garantir que as pessoas compreendam o conceito de raça sob um ponto de vista cultural), e o que queremos causar nas outras pessoas (promover uma compreensão mais profunda e evitar mal-entendidos). O vértice da direita (referente), por sua vez, diz respeito ao objeto real ou a entidade no mundo que o símbolo representa. É aquilo a que o pensamento ou referência se refere, provendo uma “âncora” na realidade. Esta âncora é importante pois pensamentos e falas podem ser considerados verdadeiros ou falsos, dependendo se correspondem ou não à realidade. Portanto, é fundamental que haja uma forma de verificar se esses pensamentos e palavras estão de acordo com o mundo real, garantindo que estejam conectados com a realidade (Hampton, 2015).

Ogden e Richards (1946) argumentam que não há uma ligação direta entre o símbolo e o objeto, daí a linha tracejada, indicando que o significado é mediado pelo pensamento ou referência, este influenciado pelo contexto sociocultural de quem está realizando a interpretação (raça como uma característica biológica ou cultural), pelo nível de granulose em que se dá essa interpretação (baleia, especificamente, ou mamífero), ou ainda pelo papel que o referente é encarado (rei da Inglaterra ou o dono do Palácio de Buckingham). Tudo isso influi na interpretação dos símbolos, desta forma, um mesmo referente pode remeter a diferentes referências.

Assim, o entendimento de um referente pode variar dependendo da perspectiva do observador. Isso se relaciona com a ideia de que a realidade e os significados não são absolutos, mas dependem de quem está interpretando. Esse aspecto da subjetividade na construção do conhecimento e no entendimento da realidade é discutida em teorias construtivistas e fenomenológicas (Seigfried, 1976), em contraste com teorias positivistas e do realismo científico, por exemplo, onde se considera que existe uma realidade que pode ser conhecida de forma objetiva, independente de contextos culturais e crenças pessoais (Leplin, 1984).

Em resumo, pela perspectiva ilustrada pelo triângulo de Ogden e Richards, o conceito *é uma ideia, na mente de um indivíduo*, portanto é individual, refletindo a *subjetividade* desse indivíduo com tudo o que a compõe e influencia. Por essa razão, podemos considerá-lo como uma *unidade de pensamento*.

2.3 O conceito como unidade de conhecimento objetiva em um dado contexto e perspectiva: Dahlberg

Alinhada a uma perspectiva objetivista da realidade, temos a aceção de conceito de Dahlberg (1978a), em sua Teoria do Conceito. Para Dahlberg (1978a), por meio de linguagem natural é possível formular enunciados ou afirmativas verdadeiras sobre os objetos de um domínio (referente). Cada afirmativa contém um elemento de conhecimento (Dahlberg, 2009), ou seja, um dado aspecto que ajuda a ir compondo o entendimento sobre o significado do conceito. O conjunto dos enunciados constitui assim o significado pretendido do referido conceito. Cada conceito possui uma intensão e uma extensão a ela correspondente. A intensão de um conceito é o significado do conceito, e a sua extensão os objetos a que a intensão se aplica. Cabe destacar que existem outros entendimentos do que seja intensão e extensão (Marradi, 2012), estando fora do escopo do trabalho aprofundar tal questão.

O conceito, que Dahlberg considera como unidade de conhecimento, costuma ser representado por um triângulo, onde o vértice superior está o referente, o vértice esquerdo as características (essenciais) do referente (Gomes, 1984), e no vértice direito o termo, que o denota (Dahlberg (1992, p. 66).

Uma unidade de conhecimento, ou conceito, corresponde à menor unidade de informação em um domínio de conhecimento (Campos, 2001). Mas o que a distingue do conceito como unidade de pensamento é que ele expressa o





consenso de um grupo, e não o pensamento individual, subjetivo, que está na mente de um único indivíduo. De acordo com Dahlberg (1978b), o que interessa para a sua teoria são os “conceitos científicos”, ou seja, aqueles que são explicitados pela linguagem, podem ser apresentados de forma clara, até onde possível, e consensual, por especialistas em um dado domínio do conhecimento e, portanto, diferem dos conceitos que são adquiridos de modo informal e subjetivo na mente de pessoas: “that is, those concepts which are the elements or units of scientific, verifiable cognition and knowledge” (Dahlberg, 1978b, p. 11).

Dahlberg não usa a terminologia de universal, como na Filosofia, para denotar o que é conceito e não explicita em que exatamente seu entendimento de conceito difere do de universal. Como Dahlberg possuía formação em Filosofia, podemos supor que isso foi intencional, e que, para ela, conceito não é a mesma coisa que universal. Para Dahlberg, o conceito pode se referir a uma classe de coisas, embora nem toda classe seja um conceito, como dá a entender no trecho:

In my view, the elements of CS's are concepts or representations of concepts. Such elements may therefore only then be regarded as classes if they do in fact group together a number of elements in the system itself. Usually, however, elements of CS's exercise this function only in their application to items of reality, that is, to books or other documents belonging to a certain class, indicated by a concept or combination of them. Thus, classes are as a rule merely the products of classificatory systems rather than being their constitutive elements. (Dahlberg, 1978b, p. 9).

Nesse sentido, Dahlberg parece entender conceito como um “conceptual universal”, como proposto por Grenon (2008), conforme discutido anteriormente. Observa-se ainda alguns de seus exemplos de conceito denotando classes de coisas que admitem um recorte temporal e/ou espacial em sua formação, o que é diferente de universal, que não admite esse tipo de recorte (Smith *et al.* 2009). Isso pode ser constatado quando Dahlberg menciona Napoleão, um conceito individual, como característica de guerras napoleônicas, que entendemos no texto da autora como um conceito geral, sendo que guerras napoleônicas claramente possuem um recorte temporal e espacial: “An individual concept does not possess an extension of the kind listed above under a) since it cannot have narrower concepts (...). They may, however, take on an extension of the kind b) as a concept characteristic, such as “Napoleon” in the “Napoleonic wars” (...).” (Dahlberg, 1978b, p. 25).

Essa distinção é bem demarcada por Marradi (2012, p. 34) ao apontar que: “[...] a referent may be singular (the personal computer on which I am now writing), plural (all the computers that I own or have owned), general in various grades (all the personal computers now on the market, all the computers) or universal (all the instruments that have been, are being, or will be used in order to write something down)”.

A definição de conceito de Dahlberg é baseada no realismo hipotético, do qual são representantes Vollmer, Popper e Campbell (Dahlberg, 1978b). Do ponto de vista ontológico, o realismo hipotético pressupõe a existência de um mundo real independente da percepção e da consciência, é estruturado, ou seja, possuidor de estruturas parcialmente reconhecíveis, que correspondem às do mundo que nós reconhecemos e compreendemos enquanto sujeitos cognoscentes.

O realismo hipotético admite vários pontos de vista em relação a uma dada realidade, e as teorias que são usadas para explicar essa realidade são testáveis empiricamente. Então, “We could not tell then which theory is true because all of them would (not be proven, but) confirmed by our empirical tests. Hence we could not decide how the hidden reality is structured” (Vollmer, 2017, p. 170), ou seja, todo conhecimento é considerado hipotético, não se podendo afirmar que existe uma certeza epistemológica (Vollmer, 1987). Complementando, Vollmer (1984, p. 82) defende a importância de se ancorar a cognição humana na realidade: “(...) Is there a priori knowledge about the world? (If “a priori” means “independent of all individual experience”, yes; if, however, it means “independent of all experience whatsoever”, no; and if, beyond that, it means “absolutely true”, no.)”. E, ainda “Without the contribution of objects there would be no knowledge about the world, only fictions, dreams, hallucinations, idiosyncrasies”.

Vollmer apud Dahlberg (1978b, p. 28) também afirma que “there is a world which is (...) partly recognizable and understandable by perception, thinking and intersubjective science.”. Desse modo, pode-se compreender que Dahlberg parte do princípio de uma ciência intersubjetiva, ou seja, onde o conhecimento, apesar de envolver a cognição das pessoas, é compartilhado por uma comunidade, é construído coletivamente, e, utilizando-se de métodos científicos, pode ser verificado por outros cientistas sendo sua validade estabelecida. Com isso é possível construir um entendimento compartilhado e objetivo da realidade.

Ainda, segundo Vollmer, os seres humanos vivem no seu mesocosmos (um mundo particular possível), o qual ele consegue perceber com os seus sentidos: “Every organism has its own cognitive niche or ambient, and so does man. Man's cognitive niche we shall call 'mesocosm'.” (Vollmer, 1984, p. 89). Considerando a existência do mesocosmos, as experiências culturais, políticas, sociais, dentre outras, naturalmente influem na interação da pessoa com o mundo, fornecendo diferentes contextos para que os conceitos sejam concebidos.





Entretanto, ao contrário de Vollmer, que separa ontologicamente o que é entidade real e o que é entidade do pensamento, Dahlberg, não faz essa distinção do ponto de vista ontológico, pois tudo é conceito, da mesma forma. Assim, admite a possibilidade de objetos como unicórnios, cuja existência não necessariamente ocorre no mundo dito real, mas que seria admissível em mundos da ficção, sendo esses mundos, outros mundos possíveis: “Um “unicórnio” não tem nenhum equivalente empírico no mundo animal de hoje, ainda que possa ser considerado como conceito de um objeto imaterial, isto é, deste mundo existente nas peças de teatro, nos contos de fada e nas fábulas”. (Dahlberg, 1978b, p.4).

Essa afirmativa de Dahlberg nos leva a crer que a autora admite a existência de mais de um mundo possível (embora não ontologicamente independentes), uma vez que não há correspondente no mundo real para entidades como unicórnios e que, para Dahlberg, conceitos pressupõem referentes no mundo. Assim sendo, pode-se perceber que, para Dahlberg, as definições atreladas aos conceitos são contextuais e dependentes de uma dada realidade em um dado mundo possível, no sentido de Varzi (apud Ridi 2016, p. 6), que aponta que “There is one world for each version and vision of it in the different scientific theories, in the works of different artists and novelists, in our perceptions as influenced by those works and theories (...)”.

Observa-se que diferentemente da perspectiva de Ogden e Richards, para Dahlberg o referente pode ser conhecido de forma objetiva, dentro de um dado contexto, delimitado em um domínio de conhecimento, por meio da identificação consensual, nesse domínio, de suas características essenciais. Então, não se trata de estabelecer a conceituação de uma pessoa individualmente, mas sim *a expressão de uma conceituação compartilhada de um grupo dada de forma objetiva*.

Entretanto, existe também um aspecto contextual, pois admite-se que pode haver outras conceituações admissíveis para um dado referente, em outro contexto, ou seja, como fruto de consenso envolvendo outro grupo de pessoas, que tenha um posicionamento teórico diferente, como, por exemplo, na Física, os diferentes entendimentos teóricos sobre o que é o tempo (Fleming, 1989). Ou seja: “Para Dahlberg, o ato de definir é uma construção de aspectos selecionados do referente realizado pelo “olhar” de um grupo que aquiesce sobre o seu entendimento em um dado espaço de conhecimento”. (Gomes; Campos, 2019, p. 40). Considerando o que aqui foi discutido, propõe-se denominar conceito na perspectiva de Dahlberg, no contexto deste trabalho, como *unidade de conhecimento objetiva-contextual*.

Em resumo, pela perspectiva ilustrada pelo triângulo de Dahlberg, o conceito é uma abstração, a partir de um dado referente, em uma dada realidade, e que representa, de forma objetiva e consensual, o entendimento deste referente sob um ponto de vista (dentre outros possíveis, refletindo a possibilidade de posições teóricas divergentes no domínio), por um grupo de indivíduos em um dado contexto de domínio. Por essa razão, propomos denominá-lo como uma *unidade de conhecimento objetiva-contextual*.

2.4 Breve análise do uso de Conceito na Records in Contexts-Ontology (RiC-O)

A RiC-O é uma ontologia alinhada ao modelo conceitual Records in Contexts – Conceptual Model (RiC-CM). Essa ontologia e seu modelo subjacente são importantes iniciativas para representar de forma multidimensional (de múltiplos contextos) e articulada o conhecimento relacionado a acervos de arquivos, podendo ser também aplicado a outras instituições de memória como bibliotecas e museus (International Council On Archives, 2023).

De acordo com a documentação da RiC-O (International Council On Archives, 2024, n.p.) ela “fornece um vocabulário genérico e regras formais para criar conjuntos de dados RDF (ou gerá-los a partir de metadados de arquivo existentes) que descrevem [...] qualquer tipo de recurso de registro de arquivo e suas entidades contextuais”. É considerado um modelo de referência que tem como objetivo publicar conjuntos de metadados de documentos de arquivo como Linked Data, consultando-os por meio de *queries* SPARQL. A última versão da RiC-O, 1.0.2, foi publicada em setembro de 2024, e é compatível com a versão mais recente do Records in Contexts-Conceptual Model (RiC-CM), versão 1.0, que foi lançada em novembro de 2023. A Figura 2 ilustra um trecho da RiC-O.



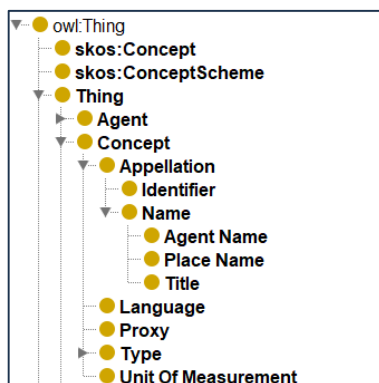


Figura 2. *Concept e classes imediatamente subordinadas na RiC-O*

De acordo com a definição contida no fonte RDF da ontologia RiC-O, Concept é “An idea, unit of thought, abstract cultural object or category”. Como se pode observar, a definição de Concept abarca elementos que pertencem a diferentes perspectivas, conforme Smith (2008). Enquanto “uma ideia, ou unidade de pensamento”, podemos interpretar que Concept é encarado sob uma perspectiva psicológica, onde conceitos são entidades mentais comparáveis a ideias ou crenças. Por outro lado, quando se coloca Concept como um objeto cultural abstrato, pode-se interpretar que seu significado está atrelado a uma prática ou convenção social, à semelhança da perspectiva da linguística citada por Smith. Por fim, quando se toma Concept como uma categoria, pode-se supor que ele diz respeito a abstrações de características que pertencem a entidades no mundo, em uma perspectiva ontológica, como na acepção de Dahlberg. Em todo caso, pela sua definição em RiC-O, Concept é uma entidade abstrata, sem uma localização espaço-temporal.

Esse entendimento abrangente de Concept é agravado pelo fato que, como vimos, existem elementos na ontologia RiC-O que não são Concept e, se esta distinção é necessária nessa ontologia, então admite-se que existem entidades que são de natureza ontológica distinta, como, por exemplo, os universais. Isso implica em admitir que a ontologia RiC-O se baseia em perspectivas não homogêneas, sobre a natureza da realidade. Ao explicitar que existem na ontologia entidades como Concept, admite-se que existe uma realidade que não é completamente independente da mente, em uma perspectiva anti-realista. Por outro lado, ao se admitir a existência de entidades que não são Concept, pode-se admitir a existência de entidades (naturais, como Physical Location e sociais, como Record Resource) que são independentes da mente, em uma perspectiva realista. Cabe destacar ainda que elementos como Concept, deveriam ser usados para pensar a ontologia em nível de metamodelo. Entretanto eles se encontram presentes na ontologia no mesmo nível de elementos que não se encontram ancorados em elementos em nível de metamodelo, como é o caso de Agent, por exemplo.

Esse tipo de abordagem, onde admitem-se perspectivas antagônicas ou inconsistentes, dificulta o entendimento da ontologia, pois pode gerar dúvidas sobre como se devem encarar determinados elementos. Por exemplo, poderíamos pensar que um identificador como uma URI é uma entidade fruto de uma convenção social e que não tem uma existência concreta, e, portanto, um Concept (na ontologia RiC-O, de fato, Identifier é um Concept). Por outro lado, uma URI pode ser pensada como um universal, que tem uma materialidade (instanciação), como um identificador em uma tabela de um sistema computacional. Assim, URI seria um universal, a exemplo do que Smith considera Referring representational unit (RRU), conforme ilustrado na Figura 3 (autoria própria, com base em CUBRC, 2019).

Uma RRU é definida por Smith e Ceusters (2015) como uma unidade representacional que é tanto destinada a ser sobre algo quanto realmente tem sucesso nessa intenção. Em outras palavras, uma RRU é uma unidade representacional que se refere a algo específico e cumpre essa intenção de referência. Por exemplo, Paris, como uma unidade representacional que se refere inequivocamente à cidade francesa. Já uma information bearing entity (IBE) é “a material entity designed to be a carrier of information content e.g., a piece of paper.” (Otte, Beverley, Ruttenberg, 2022, p. 23).

Como a ontologia RiC-O admite ambas as perspectivas, realista (com entidades que se encaixam como universais, ou então como conceitos na acepção de Dahlberg) e anti-realista (conceitos como unidades de pensamento), isso pode gerar ambiguidades que podem prejudicar a extensão e a interoperabilidade da ontologia, dando margem a entender as características de entidades da ontologia como se referindo tanto a conceitos na mente de pessoas como a propriedades de coisas do mundo real.

Destaca-se que na ontologia RiC-O admite-se usar dois tipos de propriedade (*object property* ou *datatype property*) para associar um Identifier a uma entidade qualquer. Na ontologia RiC-O Identifier é definido como “A word, number, letter,





symbol, or any combination of these used to uniquely identify or reference an individual instance of an entity within a specific information domain.”, e seu valor é representado por um literal, por meio da *datatype property identifier*.

Uma questão que se coloca, ao se tentar entender a opção de modelagem da ontologia RiC-O é o seu propósito. Conforme o documento sobre o modelo RiC-CM (International Council On Archives, 2023), a ontologia é voltada para representação de documentos arquivísticos e tem como um de seus objetivos possibilitar “in a Linked Open Data environment, interrelating dispersed description and access services” (International Council On Archives, 2023, p. 40). Isso dá margem a entender que, poderia ser útil que ela pudesse responder a questões que a representação da Figura 3 contemplaria, se tomamos Identifier como universal.

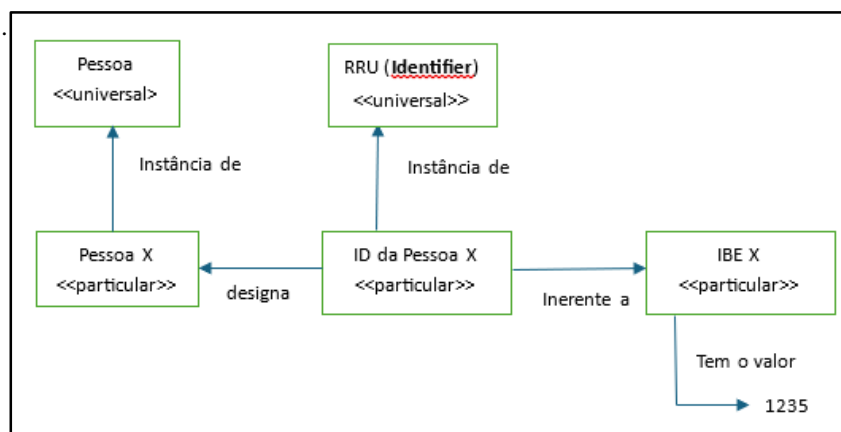


Figura 3. Identifier (designador de uma pessoa) como um universal (RRU)

Por exemplo, quais páginas na Wikidata (assumindo-se que cada página na Wikidata é um IBE) são sobre uma dada pessoa (uma entidade particular, não um conceito) cujo identificador possui o valor “1235”. E, ainda, quais páginas mencionam o identificador dessa pessoa, não necessariamente sendo especificamente sobre ela. Ou seja, uma pessoa pode ter um identificador único, mas enquanto um token (instância de um tipo) ele pode constar em vários documentos. Nesse caso, estaríamos lidando com várias possíveis instâncias de um Identifier, o que é claramente expresso pela dicotomia universal x particular, em contraste com uma ideia na mente de uma pessoa, como um Concept, que pode ou não ter instâncias na realidade.

Do jeito que está, na ontologia RiC-O temos como saber qual o Identifier associado a uma entidade qualquer, mas isso não traz a distinção se esse Identifier está desempenhando um papel de designador de uma entidade, ou de representar documentos que são sobre a entidade, ou o de conteúdo dentro de um documento (sendo inerente a este documento). Conforme apontado em CUBRC (2019, p. 4) “adopting realism also invites a distinction between representations of real entities and representations of information entities”. No caso, a distinção que se faz é sobre a entidade real, a pessoa designada por um identificador, e um documento sobre essa pessoa, documento este que referencia esse identificador.

Como se pode observar, a utilização de conceito na RiC-O tem um impacto que gera ambiguidade na representação e, ainda, limita o uso potencial da ontologia em um ambiente de dados abertos ligados (*linked open data*).

3 Conclusão

Existem diferentes entendimentos do que é conceito. Destaca-se sua natureza complexa e multifacetada. Partindo desse princípio, buscou-se discutir a definição de conceito e seu impacto como elemento em nível de metamodelo usado em SOC. A análise das diferentes acepções de conceito, desde as perspectivas ontológicas e epistemológicas até as influências culturais e históricas, revela a importância de uma abordagem crítica e abrangente para a compreensão dos conceitos em diferentes contextos e disciplinas. A ontologia RiC-O, utilizada como estudo ilustrativo da questão, exemplifica como a escolha de uma acepção específica de conceito pode impactar a modelagem e a interoperabilidade de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Evidenciou-se o entendimento ambíguo de conceito na ontologia RiC-O, e como isso impactou a expressividade e possível interoperabilidade dessa ontologia. A discussão apresentada reforça a





necessidade de uma definição clara e coerente de conceitos para garantir a eficácia e a precisão dos SOC, contribuindo para a representação, difusão e preservação da memória documental.

Notas

[1] Universais, na Filosofia, do ponto de vista ontológico, podem ser encarados sob três perspectivas: realismo, conceitualismo e nominalismo. Sem aprofundar tal questão, de modo geral, pode-se resumir o entendimento de universais da seguinte forma: no realismo são entidades imateriais especiais que existem separadamente ou nos objetos particulares; no nominalismo, eles não existem, o que existe são nomes que atribuímos às coisas; no conceitualismo são conceitos ou ideias presentes na mente humana (Youngren (1980).

[2] Agradecemos à agência de fomento CNPq pelo financiamento de nossa pesquisa, contribuindo para a realização deste trabalho.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BITTNER, T.; DONNELLY, M.; SMITH, B. Individuals, universals, collections: on the foundational relations of ontology. *In: FORMAL ONTOLOGY IN INFORMATION SYSTEMS*, 3., 2004, Amsterdam. **Proceedings** [...]. Amsterdam: IOS Press, 2004. p. 37-48.
- BUNGE, M. **Philosophical Dictionary**. New York: Prometheus Books, 2003.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: Editora UFF, 2001.
- CEUSTERS, W.; SMITH, B. Aboutness: towards foundations for the information artifact ontology. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIOMEDICAL ONTOLOGY*, 6., 2015, Lisbon. **Proceedings** [...]. Lisbon: CEUR, 2015, v. 1515, p. 1-5, 2015.
- CUBRC. **An overview of the Common Core Ontologies**. Buffalo: CUBRC, Inc., 2019. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/COXTSD-2>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- DAHLBERG, I. A referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**, Frankfurt, v. 5, n. 3, p. 142-150, 1978a.
- DAHLBERG, I. **Optical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment, 1978b.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. **International Classification**, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.
- DAHLBERG, I. Brief communication: concepts and terms – SKO's major challenge. **Knowledge Organization**, v. 36, n. 2/3, p. 169-177, 2009.
- FLEMING, H. O tempo na física. **Revista USP**, n. 2, p. 3-6, 1989.
- GARI, N.; ZULKIFLI, Z.; PUTRI, W. C.; HASANAH, L. Ogden and Richards proposed theories: a brief overlook as a prominent reference for the current studies. **Journal of Research and Innovation in Language**, v. 1, n. 3, p. 100-104, 2019.
- GOMES, H. E. **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT, 1984.
- GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A. **A organização do conhecimento na web: contribuições de Shiyali Ramamrita Ranganathan e Ingetraut Dahlberg**. Niterói: IACS/UFF, 2019.
- GRENON, P. A primer on knowledge representation and ontological engineering. *In: MUNN, K.; SMITH, B. (eds.). Applied Ontology: An Introduction*. Frankfurt: Ontos, 2008. p. 57-81.
- HADFIELD, Ruth. Pearl growing as a strategy in systematic literature searches. **Mediwrite**. 2019.
- HAMPTON, J. A. Concepts in the semantic triangle. *In: MARGOLIS, E.; LAURENCE, S. (eds.). The conceptual mind: new directions in the study of concepts*. Massachusetts: MIT Press, 2015. p. 655-676.
- HJORLAND, B. Concept theory. **Journal of The American Society for Information Science and Technology**, v.60, n.8, p.1519-1536, 2009.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records in Contexts – Conceptual Model**. Version 1.0. Frankfurt: International Council on Archives, 2023. Disponível em: <https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/RiC-CM-1.0.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records In Contexts Ontology**, Version 1.0.2, 2024. Disponível em: <https://www.ica.org/standards/RiC/ontology>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087:2019: Terminology work and terminology science — Vocabulary**. Geneva: ISO, 2019.





- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO/R 1087**: Vocabulary of terminology. Geneva: ISO, 1969.
- JOSEPH, Miriam. **O trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e retórica. 1. ed. São Paulo: É realizações, Editora, Livraria e Distribuidora, Ltda, 2008.
- LEPLIN, J. **Scientific Realism**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- MARGOLIS, E.; LAURENCE, S. Concepts. *In*: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Fall 2023 Edition, 2023.
- MARRADI, A. The concept of concept: concepts and terms. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 1, p. 29-54, 2012.
- OGDEN, C. K; RICHARDS, I. A. **The meaning of meaning**: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism. 8. ed. London: Routledge and Kegan Paul, 1946.
- OTTE, J. N.; BEVERLEY, J.; RUTTENBERG, A. BFO: basic formal ontology. **Applied Ontology**, v. 17, p. 17-43, 2022.
- PEACOCKE, C. The metaphysics of concepts. **Mind**, New Series, v. 100, n. 4, p. 525-546, Oct. 1991.
- RIDI, R. Phenomena or noumena? Objective and subjective aspects in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 4, p. 239-253, 2016.
- SEIGFRIED, H. Philosophy and phenomenological research. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 37, n. 2, p. 248-261, Dec. 1976.
- SMITH, B. **Chapter 4: New desiderata for biomedical terminologies**. *In*: MUNN, K.; SMITH, B. (eds.). Applied ontology: an introduction. Ontos, 2008. p. 83-108.
- SMITH, B.; CEUSTERS, W.; TEMMERMAN, R. Wüsteria. **Studies in Health Technology and Informatics**, v. 116, p. 647-652, 2005.
- VOLLMER, G. Mesocosm and Objective Knowledge - On Problems Solved by Evolutionary Epistemology. *In*: WUKETITS, F. M. (ed.): **Concepts and approaches in evolutionary epistemology**: towards an evolutionary theory of knowledge. Dordrecht, 1984, p. 69-121.
- VOLLMER, G. Why do theories fail? The best argument for realism. *In*: AGAZZI, E. (ed.). **Varieties of scientific realism**: objectivity and truth in science. Cham: Springer, 2017. p. 165-175.

